

A CIDADANIA NO/DO COTIDIANO ESCOLAR: REFLEXÕES INICIAIS DE UMA PESQUISA

Diego Rosa – UFAC

Rafael Marques Gonçalves – UFAC

rafamg02@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, tem como objetivo discutir as concepções de cidadania, inclusive as constantes nos documentos oficiais sobre educação, e de que maneira os professores trabalham e redefinem tais ideias para que se amoldem as diversas realidades existentes no município de Rio Branco/AC.

Nossa proposta é defender a valorização das práticas cotidianas no âmbito escolar, sobretudo as que abrem caminhos possíveis para novas descobertas e o desenvolvimento de múltiplas formas de compreensão e cooperação entre os saberes heterogêneos e complexos existentes no emaranhado de afazeres, eventos e acontecimentos do cotidiano escolar.

Desta forma, compreender e fazer emergir as práticas e experiências para uma educação cidadã são de grande relevância, pois a evolução da sociedade requer o exercício de uma cidadania ativa e participativa. Todavia, não raras vezes depara-se com uma sociedade descompromissada nas exigências de seus direitos, fruto da descrença nas políticas e instituições públicas, que se limita ao exercício do voto, a cada dois anos.

Assim, o trabalho buscará explorar como a educação favorece o desenvolvimento de indivíduos conscientes, autônomos e interessados na promoção do bem comum, a partir da criação e ampliação de espaços de debates e participação, onde o diálogo será peça fundamental, em contraposição à polarização e a suposta necessidade de homogeneidade das práticas pedagógicas.

Para tal este trabalho será dividido em quatro momentos: o primeiro busca compreender a complexidade e a evolução do conceito de cidadania, utilizando pensadores como Aristóteles, Hobbes, Locke e Thomas Humphrey Marshall. Posteriormente, realizar-se-á o contexto histórico da cidadania e da democracia no Brasil. O terceiro momento visa demonstrar a relação direta entre educação e as práticas cotidianas cidadãs, tendo por base as ideias de Boaventura de Sousa Santos, Michel de Certeau, Nilda Alves e Maria Victoria Benevides. Por fim, pretende-se compreender de que forma as escolas públicas de Rio Branco/AC contribuem, efetivamente, para a construção da cidadania e de um sentimento de solidariedade na comunidade, para além dos discursos e da retórica dos documentos oficiais, bem como do senso comum.

COMPREENDENDO A CIDADANIA

As ciências sociais consolidaram a importância e inerência da sociabilização para o desenvolvimento dos seres humanos. Deste a sua concepção, os indivíduos estão sobre influência de uma série de estímulos que fazem parte, direta ou indiretamente, do avanço de suas habilidades, para além das capacidades biológicas. A vida em sociedade por si só já contribui com a transformação dos seus membros, uma vez que promove o contato com visões heterogêneas de mundo, ampliando horizontes. Os inúmeros e complexos vínculos (família, amigos, trabalho, igreja etc.) exercem ingerência na formação do sujeito.

Segundo o dicionário o termo cidadania¹ consiste na condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política. A expressão indica também a qualidade de cidadão, que é o pertencimento/membro de um determinado Estado. Desta forma, a cidadania é inerente à sociedade e aos indivíduos que a constituem, gerando vínculos e o compartilhamento de hábitos, crenças e tradições.

Nesse contexto, pretende-se, inicialmente, resgatar e atualizar a noção de cidadania, sem qualquer pretensão de se esgotar ou diminuir debate sobre o

¹ <https://www.dicio.com.br/cidadania/>

tema. Admite-se o atributo da evolução não linear ou sistemática da cidadania, ao longo de toda a história. Com o passar do tempo, novos elementos e significados foram sendo agregados ou sofreram mutações, decorrente das próprias alterações sociais. Consiste, assim, em ideia completamente dinâmica, que oscila de acordo com o contexto social, político e econômico de cada época. “A cidadania não é um conceito unívoco, sua conceituação é histórica e depende estritamente da percepção do momento histórico em que é forjada.” (GALLO, 2004, p. 136).

Como visto, o conceito de cidadania não se esgota na mera detenção dos direitos políticos e o exercício do voto, possuindo liame imediato com os direitos humanos, destinados para a defesa da dignidade humana e para a concretização dos seus direitos fundamentais (ARENDRT, 2006). Não por acaso, foi alçada como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, pela Constituição Federal de 1988. Diante disso, é compreensível que surjam indagações acerca do seu real significado ou ainda o que é ser um cidadão. Desta forma, a reflexão da variedade e multiplicidade do conceito se faz tão necessária, sendo essencial para enxergar as relações existentes na realidade brasileira.

Nos tempos atuais, contudo, a cidadania se tornou em uma concepção vaga, abstrata; meramente formal, e muitas vezes utilizada apenas para a retórica política ou institucional. Assim, seu conteúdo ético e valorativo tem se esvaziado, decorrente do desgaste de sua repetição completamente descomprometida. Tal contexto, nos leva a avaliar o aspecto material da cidadania, superando a mera compilação de conteúdos vagos ou ditames legais peremptórios, que leva em conta o contexto social amplo e heterogêneo da realidade brasileira e suas conexões com as políticas públicas.

Enquanto a cidadania formal é atribuída aos indivíduos que preenchem os requisitos constitucionais. A cidadania material, é adquirida pela prática ao longo do tempo, como quase tudo na vida: andar, falar etc. Assim, a verdadeira cidadania, fundamento do Estado Democrático de Direito, tem a educação como base para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, a escola, como local primordial de convívio, exerce papel fundamental no processo de construção da cidadania, à medida que permite o intercâmbio de valores, conteúdos, crenças

e, principalmente, atitudes, que possibilitam a transposição do senso comum pelo raciocínio crítico e criativo. “O direito a educação é um direito social de cidadania genuíno (...) A educação é um pré-requisito necessário para a liberdade civil.” (MARSHAL, 1967, p. 73).

A interação coletiva entre os alunos no ambiente escolar tem o condão de propiciar o reconhecimento e a ampliação de novos saberes, realidades e formas de participação social, muitas vezes inexistentes ou invisíveis na conjuntura atual excludente e focada na individualidade. O cotidiano e a prática pedagógica ainda são muito menosprezados, talvez pela dificuldade de se trazer para a sala as relações e desigualdades econômicas, étnicas e políticas existentes na sociedade brasileira. Resta pouco espaço para saberes e conhecimentos não científicos, dotados de outras temporalidades e cujos padrões de medições diferem daqueles usualmente aceitos pela racionalidade cognitivo-instrumental, ligada diretamente ao princípio de mercado para o qual individualismo e concorrência são centrais (SANTOS, 2018).

Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, vivenciamos em uma época marcada pela de crise do paradigma moderno e pela transição, ainda indefinida, para a pós-modernidade. Assim, a realidade pós-moderna promoveu uma corrosão nos fundamentos universais e soberanos, pautado pela previsibilidade e ausência de perturbações. Os pontos de orientação firmes e solidamente demarcados, que sugeriam uma situação social duradoura e confiável foram substituídos por inúmeras e distintas concepções, que muitas vezes vão em direções opostas. São exemplos dessa conjuntura a desconfiança e descrença nas instituições sociais, que vai desde a família, passando pela escola, até chegar na própria democracia.

Santos (2018) defende que os problemas modernos devem ser enfrentados de maneiras alternativas, inéditas; uma vez que o modelo atual não é capaz de oferecer soluções satisfatórias: “Se quisermos ter uma compreensão mais ampla do mundo, temos de refundar as nossas ciências sociais. Temos que repensá-las” (SANTOS, 2018, p.117). Nessa circunstância, onde tudo é fugaz, líquido, a aceção de cidadania, assim como a da educação, deve ser fluída, maleável, em um processo de continua emancipação, para que não se torna

anacrônica e obsoleta em um curto espaço de tempo. A educação deve abarcar todos os fatores e seus encadeamentos na evolução e transformação do indivíduo.

Como visto, a metodologia de conhecimento científico desenvolvido pela Modernidade, negligenciou a vida cotidiana, considerada trivial e banal. A racionalidade moderna enxerga com desconfiança e preconceito o estudo das práticas cotidianas, das subjetividades e saberes dos sujeitos comuns, fora da moldura e do controle do governamental ou político. Sendo assim, verifica-se que o debate em torno da relação entre a educação cotidiana e cidadania não tem merecido a atenção necessária, seja no âmbito acadêmico ou na sociedade civil.

PENSANDO OS CAMINHOS POSSÍVEIS

O presente trabalho busca recuperar a importância daquilo que escapa às certezas e métodos já estabelecidos, para redefinir a noção de vida diária e a própria concepção de saber, especialmente no campo escolar. Entende-se que a construção de uma sociedade efetivamente cidadã e democrática demanda uma nova cultura educacional, proveniente da valorização e cooperação das múltiplas formas de aprendizagem. Para que o indivíduo possa exercer e exigir seus direitos é fundamental o conhecimento, a conscientização e a autonomia, advinda de uma articulação coletiva, apesar dos resultados no plano individual.

Procuramos, ainda no contexto de reflexão teórica da pesquisa, obter argumentos para questões como: A escola pública brasileira se constitui de fato em espaço que possibilita o aprendizado e o exercício da cidadania? Qual o papel da educação na realidade contemporânea, para a formação no século XXI? Como os professores podem desempenhar um papel dinâmico e construtivo para preparar os alunos para conviver em uma sociedade marcada pelo individualismo e o egoísmo? E como incluir experiências cidadãs na escola se o próprio currículo posto verticalmente, advindo das influências neoliberais levam ao conduzem ao enfraquecimento e desvirtuamento das condições essenciais ao exercício pleno da cidadania?

Paralelamente com o estudo e análise bibliográfica, que pretende revelar o contraste existente entre o discurso oficial sobre a cidadania, presente na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); utilizar-se-á dos ensinamentos da professora e pesquisadora brasileira Nilda Alves, bem como do historiador e erudito francês Michel de Certeau para a realização de entrevistas, ainda que na modalidade on-line, nas escolas públicas de ensino médio de Rio Branco.

Deseja-se reunir informações sobre as práticas cotidianas dos professores e desvendar como os temas centrais da pesquisa, sempre em constante alteração, são abordados em suas *políticaspráticas*. Assevera-se que as conversas/entrevistas pretendem adotar a concepção de que a vida cotidiana constitui espaço de incessante criação de modos de conhecer e conviver, baseados na capacidade de inovar e renovar dos indivíduos de uma sociedade, assim como os pensadores mencionados.

DOS CAMINHOS PRETENDIDOS

Destaca-se que apesar da defesa da educação como instrumento de formação da cidadania, por meio da escola pública, não se abandonou a noção de que a escola sozinha não dá conta da tarefa de formar o cidadão, uma vez que a construção do indivíduo não se limita ao espaço físico escolar. Ela é forjada nas relações diárias e, assim, demanda um esforço compartilhado e participativo de todos os atores que estão envolvidos no projeto pedagógico. Dessa forma, a formação desses sujeitos deve possibilitar, além da apropriação dos conhecimentos básicos, o desenvolvimento do raciocínio e do senso crítico, que propicia a mudança de valores, atitudes e posturas. Os ambientes de aprendizado devem convergir para a geração e o exercício gradual e permanente de uma cidadania coletiva que oportuniza a criação de novos rumos e a renova os anseios.

Nessa direção, a prática pedagógica voltada para a construção da cidadania e do sentimento de união busca romper com a cultura autoritária, hierárquica e vertical impregnada nas diferentes relações sociais. O processo de

aprendizagem com foco na prática permita a interação de forma horizontal e facilita a compreensão da complexidade social, ao mesmo tempo em que desperta o sentimento de contestação com as desigualdades e a negligência dos direitos fundamentais e sociais. A educação não pode ser um fim em si mesmo, desconexa e alheia a realidade social.

Nesse contexto, ao analisar a ação docente partimos do pressuposto de que o professor tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, por se encontrar no ponto de contato entre a teoria e a prática. É por meio do educador que o conhecimento se aproxima do caso concreto, suas peculiaridades e variáveis, interligando os modos de aprendizagem e os sujeitos envolvidos. Dilata-se, assim, a probabilidade de realização de um impacto benéfico na sociedade, através da interação, do diálogo e do consenso entre os envolvidos.

No presente trabalho buscará examinar e compreender o contraste entre o modelo escolar posto, que visa controlar os meios e conteúdo de aprendizagem, em uma busca incessante, as vezes inconsequente, por resultados e classificações; acabando por reduzir o escopo central do processo educacional. E a impossibilidade de se dominar ou até mesmo prever todas as consequências e efeitos do ensino, ante a complexidade da própria vida, formada pela multiplicidade de interações e relações entre os indivíduos, pela infinidade de experiências que ocorrem ao longo do tempo e, também, pela variedade de sensações que uma ação ou atividade prova em cada ser humano.

Por meio da análise da prática pedagógica não linear e flexível dos professores de Rio Branco, visa dar espaço aos métodos fora dos padrões atuais, privilegiando a expansão das opções e possibilidades locais e regionais, sem, contudo, olvidar as dificuldades, tensões, conflitos e eventuais equívocos que poderão ocorrer ao longo do tempo. Os pontos de interseção das várias formas e etapas de desenvolvimento individual e coletivo formam o todo necessário para a renovação e emancipação social. Reconhecer que a cidadania, a educação e a própria democracia são sobretudo sistemas sociais, em contínua evolução, que se estendem a todas as relações vividas nos mais variados espaços da sociedade e que ocorrem, na maioria das vezes, de modo

implícito e até inconsciente, é condição necessária para que tenha vínculos mais justos na sociedade, tanto no plano vertical quanto no horizontal.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **“O Que é Política?”** Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GALLO, Sílvio. Filosofia, educação e cidadania. In: PEIXOTO, Adão José (Org.). **Filosofia, Educação e Cidadania**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**, Rio de Janeiro: J, Zahar, 1967.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2018.